

A CULTURA DA PARTICIPAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE MACEIÓ: EFEITOS E DESAFIOS

Alex Vieira da Silva; Givanildo da Silva; Eva Pauliana da Silva Gomes; Fernanda Santos do Nascimento ; Inalda Maria dos Santos (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco. alexpedufal@gmail.com/ Universidade Federal da Paraíba. givanildopedufal@gmail.com/ Secretaria de Educação do Estado de Alagoas. e.pauliana@gmail.com/ Universidade Federal da Bahia fernandasantos0302@hotmail.com / Universidade Federal de Alagoas. inaldasantos@uol.com.br

Resumo: O objetivo do texto é apresentar uma reflexão acerca da participação na gestão escolar a partir da realidade de uma escola da Rede Pública Municipal de Maceió – Alagoas. A metodologia desenvolvida na pesquisa foi a abordagem qualitativa, mediante o estudo de caso e a análise documental, sendo utilizado como coleta de dados entrevistas com os participantes do conselho escolar. Como resultados, foi possível perceber que: a) a participação é um princípio essencial para a vivência da gestão democrática, sendo defendida nos documentos referenciais da educação pública brasileira; b) no âmbito da realidade da escola de Maceió, a participação acontece com os sujeitos envolvidos, mesmo estando em processo de aprimoramento dessa prática; e c) a equipe escolar necessita rever as possibilidades de envolver os pais no contexto da participação, haja vista que esse segmento é o que menos participa nas questões pedagógicas, administrativas e financeiras.

Palavras-chave: Gestão Escolar, Participação, Escola Pública.

Introdução

A discussão sobre a gestão escolar na escola pública em uma perspectiva participativa tem como referência a década de 1970 na qual os movimentos sociais lutaram para a conquista de espaços nos processos de decisão, de gestão e de avaliação no cenário do espaço público, vendo-o como dimensão de todos e para todos, portanto, era necessário que diferentes segmentos sociais pudessem estar envolvido no cenário das decisões. Esses movimentos sociais foram os pioneiros a lutar por espaços nos quais todos os segmentos pudessem participar e serem sujeitos ativos no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988. Os resultados desses debates e embates foram propícios para o processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, e para os demais documentos regulatórios da educação nos âmbitos municipal e estadual.

Nesse cenário, pensar sobre a gestão escolar na rede pública é discutir sobre a concepção de gestão que os documentos legais apresentam, uma vez que essa direciona, ou deveria direcionar, as questões pedagógica, administrativa e financeira da escola e os processos relacionais entre os diferentes envolvidos. Assim, o texto objetiva apresentar uma reflexão acerca da participação na gestão escolar, a partir da realidade de uma escola da Rede Pública Municipal de Maceió – Alagoas.

A prática de construção da gestão escolar pautada na participação configura-se como um desafio para os diferentes profissionais que atuam na educação pública brasileira. Desse modo, a gestão participativa rompe com práticas conservadoras e centralizadoras, inovando as ações escolares possibilitando aos agentes do âmbito escolar decidir, avaliar e construir diferentes situações coletivamente. Para Santos (2002, p.27), “no novo tipo de gestão devem prevalecer a liderança, a participação, a criatividade, a iniciativa, a cooperação, a motivação”. De acordo com o autor, a educação necessita de profissionais que colaborem com novas práticas e possibilitem aos agentes da escola ser sujeitos inovadores e capazes de transformar o ambiente em que estão para assim, usufruírem de novas organizações e novas formas para um significativo desenvolvimento da escola (SANTOS, 2002).

Nessa perspectiva, é relevante que as pessoas que são envolvidas no espaço educativo (pais, professores, gestores, profissionais da educação) se sintam agentes transformadores da realidade em que vivem e possam, por meio de práticas participativas, contribuir com a realidade local. Paro (2001, p. 93) afirma que “a primeira condição de propiciar participação é que a educação se apresente como relação dialógica, que garanta a condição de sujeito tanto do educador como do educando”. Nessa perspectiva, é oportuno que as práticas que são vivenciadas na escola propiciem momentos de colaboração, entendimento e motivação para os educadores, estudantes e demais atores envolvidos. Na concepção de gestão participativa todos os membros da equipe escolar são agentes que colaboram para uma gestão compartilhada (SANTOS, 2002).

De acordo com Araújo (2009, p. 130) “a gestão participativa é uma das formas de expressão do exercício da cidadania, buscando desenvolver a função social da escola na preparação do aluno para atuar no mundo”. Desse modo, a escola é um instrumento socializador do cidadão para atuar no contexto local. A autora enfatiza, ainda, que a cidadania se torna um dos aspectos válidos para que a escola consiga desenvolver pequenas práxis nas quais exercitem a cidadania, o respeito e a autonomia, tornando-os, agentes de cidadania e colaboração mútua. A gestão participativa acontece quando todos os cidadãos participam, se envolvem e cumprem as regras estabelecidas no coletivo com significativo desempenho por meio do diálogo. Em relação à participação, Dalberio (2008, p. 7) defende que “é preciso dar oportunidades de participação aos pais e esclarecê-los e convencê-los da importância de sua participação interventiva”.

É necessário apontar que a presença da comunidade na escola é um dos princípios fundamentais da gestão participativa, porém, não basta apenas sua presença física, requer uma participação interventiva, na qual os pais são vistos como agentes que propõem, avaliam e dialogam

sobre diferentes contextos educacionais. Dessa forma, eles tornam-se agentes de participação e de autonomia no processo de educação de seus filhos. Assim, “a gestão participativa da escola, deve buscar, criticamente, várias formas de incentivar os pais, as mães, os alunos e alunas a sentirem-se motivados a participarem dos processos de decisão da escola” (DALBERIO, 2008, p. 7).

Dalberio (2008) ressalta que é papel da escola articular os processos pedagógicos, de modo que os pais e a comunidade venham até a escola, não simplesmente, para fazer visitas ou receber reclamações de seus filhos, mas para que participem do processo de decisão, de avaliação e de sugestão. Santos (2002, p. 36) afirma que a gestão participativa visa um rompimento com velhos paradigmas e requer novas estratégias para possibilitar outras situações nas quais demandam uma educação emancipadora, autônoma e com responsabilidade social. De acordo com o autor, a concepção da gestão participativa requer mudanças estruturais no processo de organicidade da escola pública, bem como na concretização de ações que demandem relações intrínsecas com os demais envolvidos.

De um modo geral, realizar essas dimensões é um desafio que requer empenho e disposição de todos que compõem a escola, em especial, do gestor. Esse profissional, enquanto articulador das atividades que são desenvolvidas, passa a ter a preocupação para que a formação dos profissionais, em especial dos professores, seja repensada com a finalidade de que eles estejam atualizados e prontos para atender as crianças, os jovens e os adultos. A preocupação com a formação social dos estudantes, com os recursos para garantir uma significativa aprendizagem, com o currículo da escola, com o processo de avaliação e com o acompanhamento dos estudantes, sem esquecer a diversidade social e cultural no cotidiano das questões educacionais são elementos oportunos para a construção da escola pública, inclusiva, democrática e referenciada socialmente.

Em relação aos desafios da gestão escolar participativa, Bordignon (2005, p. 31) salienta:

O grande desafio da gestão democrática está na mudança de paradigma que fundamenta as práticas educativas: no lugar de uma educação para, como projeto de vir-a-ser do aluno, obediente hoje para ser cidadão amanhã, uma educação como efetivo exercício de cidadania. Uma educação como processo de autonomização, desalienação, tanto na relação sistema/escola, como na relação escola/estudante.

Com base nos argumentos de Bordignon (2005), o aluno enquanto sujeito pertencente à instituição escolar tem por direito de estar a par dos seus acontecimentos, bem como dos processos de decisão que essa toma no cotidiano. Assim, é importante que as práticas escolares estejam abertas ao diálogo possibilitando aos alunos vez e voz nas atividades educativas, dando oportunidade que todos estejam avaliando e construindo uma concepção de educação e sociedade.

Metodologia

A metodologia desenvolvida foi por meio da abordagem qualitativa, mediante o estudo de caso e a análise documental, sendo utilizado como coleta de dados entrevistas com os participantes do conselho escolar. No que se refere ao método de procedimento foi utilizado estudo de caso. Este, por sua vez, foi significativo para o desenvolvimento da pesquisa, pois possibilitou aos pesquisadores terem contato direto com a escola para perceber a realidade, de modo a inferir e interpretar diferentes situações que são realizadas no cotidiano escolar (YIN, 2001). Foi utilizada, ainda, a pesquisa bibliográfica e a documental para entender o que os documentos referenciais para a educação pública brasileira apresentam sobre a gestão escolar, bem como refletir sobre a literatura acerca da temática. Foram realizadas entrevistas com cinco membros do conselho escolar e a análise dos dados foram feitas mediante a análise do conteúdo, na perspectiva de Bardin (2002).

Os resultados desta pesquisa foram consolidados a partir de um estudo de caso desenvolvido em uma escola pública no município de Maceió - Alagoas. A escola é considerada de grande porte, visto que possui 18 (dezoito) salas de aulas, funcionando nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), tendo aproximadamente 1.000 alunos, nos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º) e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Segundo a gestora, atualmente, a escola possui 84 (oitenta e quatro) funcionários, dos quais uma parte é de funcionários públicos efetivos, outra contratada pela Secretaria Municipal de Educação (Semed/Maceió), e, por fim, há um grupo de funcionários terceirizados, principalmente pessoal de apoio que desenvolvem as atividades fins (limpeza, vigilantes e merendeiras).

Resultados e Discussão

A participação dos diversos segmentos no cenário escolar é uma ação defendida para a efetiva expressão da existência de uma escola pública que tem como referência órgãos colegiados representados por segmentos diferenciados, tendo a responsabilidade de decidir e de avaliar as práticas vivenciadas pelas unidades escolas, assim como “tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola” (SOUZA, 2009, p. 126).

Pensar uma escola pública de boa qualidade é efetivar a participação dos diferentes segmentos no processo de decisão, professores, coordenadores, pessoal de apoio, pais e responsáveis, pessoas da comunidade, diretores, vigilantes, alunos, enfim a representatividade deve

ser expressiva para que os diversos interesses estejam no centro da discussão, articulando os interesses da maioria, sem deixar de lado os direitos das minorias (SILVA, 2009).

Na escola em análise, a prática da participação é efetivada de acordo com a situação desenvolvida. Segundo a gestora, quando se trata do planejamento para ser vivenciado pelos envolvidos, a escola se organiza do seguinte modo:

Todos os profissionais da escola são convidados à participar das atividades pedagógicas. Então, alguns vão ficar como ouvintes, porque precisam, realmente, participar como ouvintes, outros vão ficar como orientador porque vão partilhar as orientações que deverão ser dadas e outros vão ficar apenas como avaliadores que é necessário que tenham pessoas que avaliem o que deu certo e o que deu errado. E no final a gente compartilha tudo (Gestora da instituição).

A partir do depoimento da gestora, pode-se destacar a fragmentação das atividades no processo educativo no que se refere à participação dos profissionais. A divisão das ações configura-se em três grupos, sendo eles: ouvintes, coordenadores de atividades e avaliadores. Essa ação descaracteriza o princípio da participação defendido na gestão democrática que tem como objetivo fazer com que todos decidam, avaliem e deem propostas. A gestão democrática, é compreendida como um processo político no qual as pessoas “identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas” (SOUZA, 2009, p. 125).

Assim, a prática da unidade escolar em fazer com que alguns profissionais fiquem como ouvintes é desnecessária. Mesmo identificando que existem funcionários que são leigos em meio às ações educativas, a equipe gestora tem o papel de implementar uma cultura de participação e estar atenta para ouvir e discutir a visão desses em relação ao processo de aprendizagem dos estudantes. Há, também, o grupo que coordena as atividades. Essa ação é necessária, pois todas as práticas a serem desenvolvidas necessitam de uma orientação para ter sucesso e alcançar seus objetivos. Direcionar as atividades que cada participante irá desenvolver torna-se relativamente simples, difícil é acompanhar e contribuir em cada etapa de modo que a instituição alcance o sucesso em seu planejamento.

Nessa perspectiva, é necessário avaliar o posicionamento da escola quanto a forma de participação dos profissionais, de modo que não tenha grupo de ouvintes, coordenadores e avaliadores isoladamente, mas que todos se encontrem nos diversos momentos necessários para a efetivação das atividades planejadas, visto que todos são responsáveis pelo bem comum, não há um fiscal ou um gerente que vistorie às atividades dos demais (PARO, 2010).

Sobre a participação e o envolvimento dos professores nos processos de planejamento, e decisão e de avaliação, para a professora entrevistada, a escola tem outra política, pois envolve todos nesses momentos necessários para a instituição. A profissional afirmou que:

Vejo os professores bem ativos nos processos que têm que se tomar alguma decisão quanto às práticas educativas. A atuação dos professores é efetiva, principalmente nas reuniões onde são colocadas as situações e são discutidas alternativas propostas para o melhor da escola (Professora da instituição).

Nesse sentido, é válido destacar a importância dos professores participarem no processo de decisão, principalmente no que se refere à prática educativa, visto que são eles os protagonistas que vivenciam com os estudantes os aspectos planejados. Outra dimensão a destacar é a possibilidade de os próprios professores juntamente com os coordenadores e gestores estarem juntos nos momentos de decisão e planejamento. As escolas que têm uma perspectiva conservadora na sua forma de organização não possibilitam que os professores tenham essa oportunidade de aprendizagem, sendo o coordenador pedagógico o sujeito ativo na ação de planejar e de repassar para os professores o que eles deverão fazer durante o ano letivo.

Corroborando com a afirmação da professora, uma das coordenadoras da instituição destacou que a participação dos professores é significativa e o envolvimento desses profissionais fazem a diferença no contexto escolar.

Eu vejo uma participação grande dos professores. Eles são bem empenhados nos trabalhos, há uma ligação muito forte com os coordenadores para o sucesso das atividades. Eu vejo como uma atuação para o melhoramento da educação (Coordenadora da instituição).

Dessa forma, participar como atores ativos para o oferecimento de uma educação de boa qualidade é um dos compromissos do educador. Estar atento ao que é mais significativo no processo de aprendizagem dos estudantes, quais projetos são mais relevantes diante do contexto social e político em que as crianças estão inseridos. Assim, não se pode reduzir a importância da atuação dos professores nas escolas, pois “elas continuam tendo uma função social insubstituível de formar os indivíduos para uma vida digna e para compreensão e transformação da realidade” (LIBÂNEO, 2004, p.20).

Sobre a participação de outros funcionários nos processos educativos, a professora destacou:

Com certeza, os profissionais da escola envolvem-se em atividades pedagógicas auxiliando nos projetos, nos horários de intervalo, nos passeios que realizamos com as crianças e às vezes nas aulas em si, contribuindo com entrevistas, materiais necessários e com isso os alunos percebem a importância de cada um profissional da escola. Não existe uma separação entre trabalho burocrático e pedagógico, mas sim, uma ligação entre ambos (Professora da instituição).

Assim, a partir do depoimento da professora da instituição, nota-se a integração que há entre professores, alunos e demais profissionais no desenvolvimento das atividades educativas. Essa ação é pertinente no cotidiano da escola porque proporciona uma visão de integração entre os diferentes profissionais, assim como se configura em uma prática de superação entre as dimensões burocrática e pedagógica.

No contexto escolar não é oportuno que aconteça divisão de trabalho, muito menos supremacia de cargos, em que o professor, coordenador e diretor são pessoas que têm mais conhecimentos e por isso os demais funcionários não podem se aproximar ou contribuir com o processo educativo no cotidiano. Assim, a escola em análise, supera as tradicionais divisões existentes no cenário educativo e possibilita uma válida atuação e oportunidade de aprendizagem para todos os sujeitos envolvidos no contexto escolar, especialmente, os estudantes que percebem a necessidade de cada um que compõe a escola.

A prática da participação possibilita o fortalecimento das atividades desenvolvidas pela escola, uma vez que a articulação entre os diferentes olhares e saberes proporciona uma maior consistência em meio ao que se faz. Ao desenvolver um determinado projeto, são diversas as possibilidades de concretização das ações planejadas e ao proporcionar o envolvimento de todos os profissionais surgem mais ideias com maiores chances de serem realizadas.

O desenvolvimento das atividades no coletivo exige conhecimento do grupo, assim como diálogo diante das propostas que surgem no cenário escolar. Nessa perspectiva, “se os indivíduos que compõem essas instituições não pautarem suas ações pelo diálogo e pela alteridade, pouco restará de democrático nessas ações coletivas” (SOUZA, 2009, p. 125). Nessa perspectiva, colocar-se no lugar do outro e organizar um ambiente que valorize a visão e opinião dos demais envolvidos é um dos principais instrumentos para a efetivação da participação no ambiente escolar.

Nos ambientes escolares há um colegiado que tem grande visibilidade no processo de decisão e organização escolar. Este órgão é o conselho escolar que tem como característica efetivar a participação de todos os segmentos que compõem a escola com objetivo de articular uma política coletiva de administração. Para tanto, é necessário uma cultura de aproximação entre escola e comunidade. O papel do conselho escolar é “definir diretrizes, elaborar projetos, aprovar questões, decidir sobre problemas da escola, indicar profissionais para frentes de trabalho, garantir o cumprimento das leis, eleger pessoas e deliberar questões da escola” (DALBERIO, 2009, p. 85).

Sobre a atuação dos conselheiros e a participação das pessoas que não são, uma das funcionárias destacou que:

Todo mundo colabora com a escola. Mas como só tem poder de voto os conselheiros, mas se tiver alguém que quiser participar das reuniões, eles sejam bem vindos porque todos podem participar. Pai e mãe de aluno pode participar (Funcionária da instituição).

O depoimento da funcionária destacou que todos são convidados para participar do conselho escolar, saibam dos rumos que a escola pretende tomar e discutam sobre o melhor trabalho a ser desenvolvido no contexto escolar. É no âmbito local que todos devem tomar os rumos, construir possibilidades de mudanças de acordo com as condições de cada realidade, bem como “cabe ao povo ou à comunidade discutir, refletir, pensar e encontrar soluções e intervenções para os próprios problemas” (DALBERIO, 2009, p. 71).

Nessa perspectiva, a unidade escolar a qual foi foco da pesquisa contribui para o processo de participação e possibilita uma aprendizagem de todos que nela frequentam. Essa prática favorece a unidade escolar estar mais próxima de todos os segmentos e avaliar as possibilidades de mudanças no cotidiano escolar através da visão dos envolvidos. No entanto, é necessário compreender que essa ação não acontece de imediato, mas a partir de convites, encontros favoráveis em que se valorizem a opinião de cada participante, e esses se sintam acolhidos.

A atuação do conselho escolar de modo efetivo proporciona uma interação e uma satisfação para os conselheiros que têm o poder de opinar, decidir e avaliar. Assim, na medida em que participam sabem que seu papel é relevante para o andamento da instituição, bem como sem a sua atuação a instituição não fica completa nos processos de decisão. É necessário fazer com que os conselheiros se sintam valorizados, especialmente, nos momentos de avaliação e decisão coletiva, visto que “no conselho escolar deve haver uma relação horizontal entre os envolvidos” (BRUEL, 2010, p. 65).

Acerca da atuação dos conselheiros, uma funcionária destacou:

Em todas as reuniões quem decide tudo somos os conselheiros. Na parte do dinheiro também. É assim, o grupo se reúne e fala sobre o que está precisando, por exemplo, está precisando de um fogão. Aí todos vão dizer se esse fogão realmente é a prioridade da escola (Funcionária da instituição).

A partir do depoimento da conselheira, representando o segmento dos funcionários, nota-se a configuração do grupo, do envolvimento coletivo e da satisfação que a funcionária tem em participar do conselho escolar. Essa prática é a mais indicada, visto que possibilita ao sujeito envolvido ter contato com todas as situações da instituição que demandem refletir, planejar e avaliar sobre os diversos aspectos educacionais.

Uma das coordenadoras entrevistadas mostrou sua visão em relação à atuação do conselho escolar:

A escola tem um diferencial porque há uma participação muito grande no Conselho Escolar. Então, os pais são pais muito atuantes. Nós temos pais que estão diariamente na escola, pouca escola você ver isso, você ver conselheiros atuantes. Ontem houve uma reunião que foi feita por uma conselheira. (Coordenadora da instituição).

A afirmação da coordenadora em relação à participação dos conselheiros é um aspecto a destacar, caracterizada pela própria profissional como um diferencial na escola pública. Essa ação de uma conselheira dar início à reunião é significativa, uma vez que, na maioria das instituições educativas, não valoriza-se os profissionais que desempenham outras atividades educativas a não ser ensinar, coordenar e gerir a instituição.

Ao possibilitar que a funcionária dirigisse a reunião percebe-se a descentralização do poder, assim como é oportuno destacar o rompimento com modelos estabelecidos ao longo dos tempos no cenário escolar. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a funcionária estava a par da pauta e das discussões que deveriam ser desenvolvidas na reunião. Desse modo, é preciso que os vários segmentos da escola saibam dos problemas que acontecem no cotidiano e as possíveis soluções para saná-los (SOUZA; CORRÊA, 2002).

Em relação à participação dos pais os entrevistados evidenciaram que ainda necessita de mais participação e envolvimento desse segmento, visto que poucos pais e responsáveis vêm a escola para discutir, contribuir e avaliar com as práticas vivenciadas no interior da escola. O modo como os pais são convidados para a instituição faz toda diferença, bem como o grau de atuação no espaço educativo ao estar nesse lugar. É pertinente pensar em uma integração dos pais com a escola, “em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação, que por um lado, é um bem cultural para ambos e, por outro, pode favorecer a educação escolar” (PARO, 2007, p. 25). Desse modo, alguns entrevistados destacaram:

Todos os eventos que acontecem na escola a diretora e o vice-diretor convidam todos para participarem na escola. Eles comunicam, mandam recado, colocam informes na parede, mas os pais é que não aparecem nas reuniões (Segmento Pais).

Têm alguns pais que são presentes, mas também têm outros que jogam os filhos aqui e nunca vêm saber como estão. Eles só aparecem quando acontece alguma coisa (Funcionária da instituição).

A cultura da participação ainda deve ser incentivada com bastante insistência. A ação desenvolvida pela escola é interessante, visto que utiliza várias estratégias para atrair os pais, comunica, manda recado, informa via cartaz, mas é necessário continuar com essas estratégias e fazer com que esses pais que respondem positivamente aos convites se sintam acolhidos e valorizados para que possam retornar e ainda disseminar para outros pais o que vivenciaram no espaço educativo.

O depoimento da funcionária deixou explícito que a pouca responsabilidade que alguns pais têm com seus filhos. Apenas levam as crianças para a escola e não têm o compromisso de ir visitar, participar das reuniões a ainda ver as possibilidades de contribuir com a instituição. No entanto, deve-se compreender que muitos pais não estão acostumados com a abertura da escola para dividir tarefas com a família. Outros ainda são originários de uma cultura em que apenas as pessoas que formam a unidade escolar sabem o que é melhor para a educação dos estudantes e que os pais nada têm a contribuir nessa atividade. Há, ainda, “fatores como o medo, a timidez, distância da cultura escolar que afastam os pais desse local” (PARO, 2007, p. 33).

Romper com essa cultura é um desafio que a unidade escolar deve pautar-se para conseguir articular com efetividade escola e família, de modo que a participação aconteça, nos eventos, nas reuniões, no conselho escolar e nas atividades corriqueiras desenvolvidas no cotidiano escolar. A gestora da instituição apresentou sua visão acerca da participação dos pais na instituição:

Os nossos pais, por mais eventos que a gente proporcione, promova na escola, ainda há uma distância muito grande. Até porque não há, em alguns pais, aquele compromisso de dizer eu coloquei meu filho na escola, então vou fazer o acompanhamento. A gente organiza plantão pedagógico pra apresentar os avanços das crianças, a gente promove as reuniões do conselho escolar que favorece a participação, também dos pais, a gente faz outras atividades para que realmente consiga atrair esses pais e eles percebam que a escola é um lugar de diálogo, é um lugar de troca (Gestora da instituição).

A partir da fala da gestora, percebe-se o modo de organização para incentivar a participação dos pais. Ao planejar o plantão pedagógico o objetivo não é falar sobre comportamento dos estudantes, mais os avanços de cada um, de modo que os pais saibam o andamento escolar de seus filhos. Outra dimensão a destacar é o diálogo mencionado pela gestora, a escola como espaço de diálogo, proporcionando uma efetiva disseminação dos ideais e dos princípios da gestão democrática no cenário escolar.

Conclusões

As reflexões desenvolvidas acerca da participação como mecanismo da gestão escolar democrática foram relevantes para evidenciar a necessidade dessa ação no âmbito das escolas públicas brasileiras. Os apontamentos e as defesas presentes no texto possibilitaram perceber que não há gestão democrática, caso a participação dos diferentes segmentos não aconteça, pois o envolvimento dos pais, dos profissionais, da equipe escola e da comunidade local contribui para o crescimento social, político, cultural e educacional da escola, favorecendo benefícios e aprendizagens para todos que formam a unidade escolar.

No campo da pesquisa realizada na rede municipal de Maceió, ficou evidenciado que a escola vivencia com limitações a participação nos processos de decisão, especialmente, através do conselho escolar, o qual tem o poder de decidir todas as questões. Todos os profissionais atuam sem sobreposição de cargos, o que acaba gerando um importante aspecto para a construção da participação no âmbito escolar. Há, ainda, que evidenciar que a equipe escolar necessita rever outras formas de atrair os pais para a participação nos processos pedagógicos, administrativos e financeiros. As ações desenvolvidas ainda são mínimas diante do papel que os pais representam para a educação pública brasileira. Assim, ficou enfatizado que esse segmento ainda é o que mais reluta para a concretização da participação no interior da escola.

Nesse cenário, não faltam desafios para a educação brasileira, haja vista que o processo de vivência da gestão democrática requer participação, autonomia e descentralização das questões burocráticas, pedagógicas e administrativas, rompendo com ações conservadoras vivenciadas durante muito tempo e que na atualidade está presente veementemente. Assim, gestores e burocratas não são os que devem estar em evidência, mas todos que fazem parte da educação e lutam por dias melhores para a sociedade. As políticas educacionais devem ser construídas coletivamente, assim como as decisões locais ser tomadas por todos. Construir espaços nos quais evidenciem a participação torna-se um instrumento relevante para a melhoria política, social, cultural e educacional. Eis, portanto, o desafio!

Referências

ARAÚJO, Adriana de. **Políticas e gestão dos espaços educativos**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro.

BORDIGNON, Genuíno. Desafios da gestão democrática da educação: nos sistemas de ensino e nas escolas pública. In: MEC, BRASIL. **Gestão Democrática da educação**. Boletim 19, out. de 2005.

BRUEL, Ana Lorena de Oliveira. **Políticas e legislação da educação básica no Brasil**. Curitiba: Ibpex, 2010.

DALBÉRIO, Maria Célia Borges. Gestão democrática e participação na escola pública popular. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 47/3, 25 de out. de 2008.

DALBERIO, Maria Célia Borges. **Neoliberalismo, políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade**. São Paulo: Paulus, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Revista Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do Ensino:** a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2007.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O gestor educacional em uma escola em mudança.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SILVA, M. L. O. R. da; TENÓRIO, R. Avaliação e diversidade. In: TENÓRIO, R.; LORDÊLO, J. A. (org.). **Educação Básica:** contribuições da pós-graduação e da pesquisa. Salvador: EDUFBA, 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, v. 25, n. 03, p. 123-140, dezembro de 2009.

SOUZA, José Vieira de; CORRÊA, Juliane. Projeto Pedagógico: a autonomia construída no cotidiano da escola. In: DAVIS, Claudia (et al.); VIEIRA, Sofia Lerche (org.). **Gestão da escola:** desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso:** planejamento e método. Porto Alegre : Bookman, 2001.